

Agremiações afrodescendentes em Florianópolis na primeira metade do século XX¹

Karla Leandro Rascke²

Resumo: Este trabalho procura compreender aspectos formativos e organizacionais de agremiações de origem africana em Florianópolis na primeira metade do século XX. Jornais, documentos de associações formadas por afrodescendentes e entrevistas com antigos membros destas entidades indicam uma reconfiguração política da cidade e novas formas de vivenciar o público por parte das culturas de matriz africana. Além disso, percebemos o esforço de diferentes associações (Clubes Recreativos, Escolas de Samba, Terreiros de Umbanda, Grupos de Cacumbi, Irmandades Católicas, Clubes de Futebol, Comunidades Negras) para a alfabetização de seus membros ou de grupos populares empobrecidos, ressaltando que neste período emergiram, no espaço das instâncias políticas, muitos homens e mulheres de origem africana. Deste modo, busca-se entender como estas agremiações articulavam solidariedades e sociabilidades das populações afrodescendentes em meio a nova conjuntura política e cultural de Florianópolis, pautada na reformulação das elites políticas e nas mudanças de configuração da República, em especial com o Estado Novo.

Palavras-chave: História, Territórios, afrodescendente, agremiações.

Apontamentos iniciais

A proposta deste trabalho dialoga com bibliografias e fontes que permitam compreender as experiências das agremiações de origem africana em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Formadas nos chamados territórios negros da cidade, estas associações permitiram a reelaboração de práticas socioculturais, bem como a criação de estratégias de sobrevivências as populações recém-libertas, em especial no que tange aos interesses sobre escolarização (acesso às letras).

As associações organizadas por populações de origem africana no Brasil existem desde o século XVII, alterando, ao longo do tempo, seus objetivos e integrantes constituídos em cada período histórico e com características próprias de cada uma dessas associações (irmandades, blocos carnavalescos, escolas de samba, cacumbis, sociedades recreativas, associações dos homens de cor, etc.)

Procuramos, neste pequeno texto, compreender a estrutura organizacional dessas diferentes agremiações, suas propostas sociais e quais os objetivos políticos implícitos nestes espaços de atuação, bem como a utilização destes mecanismos de ascensão para almejar

1 O presente trabalho apresenta considerações relativas ao estudo em andamento desenvolvido em meu doutorado em História Social, sob a orientação da profa. Dra. Maria Antonieta Martines Antonacci.

2 Doutoranda em História Social pela PUC-SP, mestrado em História pela PUC-SP, graduação em História pela UDESC. Atualmente é bolsista CAPES, tutora no curso de Pedagogia EaD da UDESC, professora formadora e coordenadora de tutoria no curso de Formação de Professores do NEAB-UDESC e atua na secretaria executiva e da Revista da ABPN. E-mail: karlaleandro@gmail.com

espaços na elite política da capital e do estado naquele momento. Assim, importa compreender o papel destas agremiações de origem africana em momentos de reconfiguração da República e das elites políticas da cidade e do estado de Santa Catarina. Percebemos a necessidade de dialogar com uma produção historiográfica hegemônica sobre o período, a partir da qual propomos vislumbrar uma cidade que deixou para trás seus vínculos com as antigas elites portuguesas no século XIX, ultrapassou a emergência das elites germânicas e, com o Estado Novo, procurou desvencilhar-se dos pesos desse histórico então associado ao não nacional, o imigrante europeu.

A historiografia e as questões do pós-Abolição

Lidamos com a urgência de superar uma historiografia generalizante ao lidar com as experiências afrodescendentes³, compreendendo-as enquanto lutas diárias de diferentes pessoas em busca por melhores condições de vida naquele momento em que a sociedade brasileira e, não menos, a sociedade florianopolitana, enxergava nestes populares, a antiga condição cativa. As populações afrodescendentes do período ultrapassaram e/ou implodiram essa noção de condição cativa, enxergando-se a partir de seus próprios termos e perspectivas, organizando espaços próprios de atuação, sociabilidade e solidariedade.

Concordamos com Walter Fraga Filho e Hebe Maria Mattos, entendendo o pós-Abolição enquanto experiências e vivências que permitem definir e orientar “escolhas, atitudes, expectativas e projetos de liberdade” (FRAGA FILHO, 2006, p. 26), os projetos dos libertos, “sua visão do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivenciá-la, e não apenas para os que o definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação” (MATTOS; RIOS, 2004, p. 173).

O pós-Abolição constitui um problema histórico (LUGÃO, MATTOS, 2004; LUCINDO, 2010) cuja proposta é identificar em que medida a experiência e a herança escrava arquitetam a identidade negra e quais os prejuízos e vantagens dessa construção no processo de formulação de direitos enquanto cidadão. Nesta perspectiva, precisamos questionar a naturalização da noção de raça,

ao remontar as categorias e identidades raciais através das construções sociais dadas historicamente e evidenciar que a emergência do racismo nas identificações no Brasil está imbricada às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos, às relações de trabalho dos novos sistemas econômico, político e social, ou seja, esse campo de estudo busca dar entendimento à formação da cidadania dos afrodescendentes (LUCINDO, 2010, p. 23).

3 Trabalhamos com a noção de afrodescendentes ou populações de origem africana, não no sentido de uma raça, mas enquanto grupos populacionais com suas perspectivas de cultura, na tentativa de fugir dos “pesos” que termos como “negro” pode carregar enquanto uma identidade entre pessoas das mais variadas origens e experiências, possível homogeneidade e ideologia, o que não nos cabe trazer neste texto. Ao pensar em populações de origem africana, despertamos para possibilidades mais amplas, podendo inserir e tentar vislumbrar diferentes povos e experiências.

Torna-se importante perceber que Lucindo, discutindo os processos de escolarização, organizados pelos afros em São Paulo na virada do século XX e primeiras décadas, compreende que o termo negro será utilizado enquanto categoria de classe, sendo que a ideia de uma identidade negra é pensada pelas elites negras letradas, muitas vezes não atingindo as “camadas populares”. Assim, como nos chama a atenção Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, precisamos atentar porque a ideia de identidade negra tanto revela quanto esconde: revela no sentido de congregar diferentes denominações vindas das classificações herdadas do sistema escravista (“negros”, “pretos”, “pardos”, etc.), enquanto um grupo diferente em relação aos grupos dominantes; no entanto, esta ideia esconde as múltiplas estratégias e experiências de identificação (GUIMARÃES, 2003, p. 247).

Percebemos que o passado e o presente estão inter-relacionados no pós-Abolição e as mobilizações em torno de educação, a organização do samba, seus blocos e escolas, além dos movimentos e enlacs dos clubes recreativos, possuem propostas políticas nas suas dinâmicas, sugerindo emblemas políticos em suas falas, versos e ritmos. Neste sentido, em se tratando da República e, especialmente, do Governo Vargas e seus ideais de construção da identidade nacional, ritmos e músicas oriundas de matrizes culturais africanas foram comprometidas pela ideia de mestiçagem numa proposta de constituição da nacionalidade⁴.

As práticas das populações de origem africana em Santa Catarina no pós-Abolição apresentam um campo de estudos ainda pouco trilhado por nossa historiografia. Muitos dos estudos realizados em nosso estado são voltados para a temática da escravidão ou então, “esquecem” de discutir a experiência das populações de origem africana e a participação ativa destes sujeitos na construção da história em seus diferentes âmbitos. Neste sentido, nosso olhar pretende visualizar homens e mulheres afrodescendentes enquanto pessoas, sujeitos históricos detentores de sonhos, projetos de vida, experiências e anseios, muito além do que as elites os rotulavam, para além da ideia de ex-escravos.

Os trabalhos de Ilka Boaventura Leite e Joice Farias elucidam essa “inexistência”, que é antes de tudo ideológica em seu esquecimento (LEITE, 1996; FARIAS, 1998). “A memória social de suas vidas”, nas palavras de Silva Dias, “vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos” (DIAS, 1995, p. 13).

⁴ Estas ideias foram discutidas pela professora Dra. Martha Abreu na conferência “O legado das canções escravas: histórias musicais e conflitos raciais no pós-abolição”. In: **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

Ângelo Renato Biléssimo (2010) analisa o que a historiografia catarinense produziu sobre a história do estado e de que forma esta construção resultou na invisibilização da presença africana. Aliando a ideia de pouca presença cativa em virtude da falta de demanda no mercado produtor catarinense, os trabalhos realizados pelos açorianos que não necessitavam de mão de obra cativa e a crença na “salvação” da imigração europeia estão entre os fatores componentes deste resultado.

A historiografia privilegiou um tipo de história, tradicional e europeizante. Apenas a partir da década de 1990, em especial, tem-se uma alteração nesta perspectiva, quando surgem trabalhos, em especial no âmbito da história social que discutem as experiências das populações de origem africana no estado, além de temas relativos às mulheres, populações indígenas e tantos outros sujeitos “esquecidos” (BILÉSSIMO, 2010, p. 28-43). Deste modo, importa rediscutir a historiografia catarinense produzida e consolidada em torno de memórias que excluem e invisibilizam a presença e a atuação de origem africana em Santa Catarina e em Florianópolis, especialmente, discutindo os equívocos de uma visão sobre a “cidade agrícola baseada em núcleos familiares de trabalhadores livres, inspiradora de uma repulsa ao cativo e de um movimento abolicionista vigoroso intenso” (CARDOSO, 2008, p. 86). Esta visão, perpetuada por muitos historiadores que discutiram a escravidão e a emergência da chamada cultura açoriana, consolidou uma memória unilateral da cidade e das múltiplas culturas existentes.

Ao lidar com experiências de pessoas comuns, suas expectativas, práticas e atuações na cidade, esperamos ter novas histórias para contar em nossas academias, escolas e sociedade. Histórias que nos permitam perceber pessoas e não apenas suas condições de escravatura, descendente de escravos, marginalizados sem esperança ou expectativas de vida. Como discutiremos mais adiante, com base nas obras de Hebe Maria Mattos, George Andrews, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Maria das Graças Maria e tantos outros, as sociedades recreativas, os blocos carnavalescos e as associações voltadas para a escolarização de grupos populares constituem nosso ponto de referência para pensar de que modo as mais diversas populações criaram possibilidades e táticas, articularam pessoas, mobilizaram órgãos governamentais e a imprensa, ou seja, a partir deste espaço micro, entender uma questão abrangente dentro da nossa historiografia atual brasileira que se volta para os estudos do pós-emancipação.

Observarmos os projetos dos libertos, “sua visão do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivenciá-la, e não apenas para os que o definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação” (MATTOS, RIOS, 2004, p. 173). Neste sentido, pensar as décadas seguintes à escravidão implica perceber expectativas, a busca por cidadania, projetos de vida e movimentações em torno de consolidações de espaço, atuação política e melhores condições de existência.

Reconfigurações políticas na cidade de Florianópolis

Em 1918, Luz e Müller lançaram-se para eleição no governo do estado de Santa Catarina, como governador e vice, criando nesta disputa a oposição da oligarquia dos Ramos, ligados ao latifúndio do planalto serrano. Reconfigurou-se um novo cenário permeado de confrontos entre estilos de vida ou visões de mundo, pois ruiu um antigo modo de pensar a cidade, baseado nos ideais lusos, das elites portuguesas (CARDOSO, 2008, p. 33). As novas elites, germânicas, procuravam distanciar-se das antigas elites imperiais (lusas) e das classes populares, em especial por meio de mecanismos estéticos, sociais e econômicos. A elegância e o refinamento, normas de conduta e práticas culturais destas camadas abastadas eram importadas, europeia, excludente e imperialista (DALLABRIDA, 2001, p. 61).

A hegemonia germânica entrou em crise com a emergência da I Guerra Mundial e um novo ator político surgiu do planalto serrano catarinense apoiado por Getúlio Vargas, o grupo dos Ramos, alterando algumas formas de lidar com as práticas populares de origem africana e cujas políticas, curiosamente, permitem a ascensão de figuras políticas afrodescendentes, como Antonieta de Barros, apoiada por políticos aliados ao Governo de Vargas.

Os ideais de urbanização à europeia - civilização, assepsia, modernidade -, pretendidos pelas elites dirigentes necessitaram das mãos trabalhadoras das classes populares para sua concretização. Assim, pedreiros e calafates que muito trabalharam nas ruas de Florianópolis, em busca de melhores condições de vida, tornaram-se incômodos, inconvenientes para esta sociedade, sendo seus corpos⁵ e modos de vida, empurrados para as periferias de cidades republicanas.

5 “Como povos africanos socializavam-se em redes de tradições orais, o corpo constitui-se em suporte comunitário de memórias, sendo que o ritmo e a palavra produzem interações sociais e metafísicas, conectando pessoas e elementos do cosmos”. ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

Entre os anos de 1930 e 1940 todas as grandes – no sentido de impactantes – obras remodeladoras, higiênico-sanitaristas, estavam materializadas. Homens e mulheres pobres, afrodescendentes em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços - transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócio teriam morada –, foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central. Serviços vistos como desqualificados, de baixa remuneração, mas imprescindíveis aos projetos políticos de modernização, constavam entre as inúmeras atividades, ações e experiências diárias destes sujeitos populares de origem africana.

As décadas de 1930 e 1940 envolveram uma nova configuração política no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis. Período de atuação do governador Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, também político. Com a ascensão de Vargas no cenário nacional (o Estado Novo), em Santa Catarina pressionou-se a população à entrada na brasilidade. Assim, a Campanha de Nacionalização, por meio do ensino escolar, foi uma das medidas governamentais, obrigando o português como língua única, em detrimento das demais faladas, em especial por populações afro e imigrantes. A corrente adotada por Nereu Ramos neste momento, seguia interesses das elites latifundiárias serranas.

No entendimento de Maria das Graças Maria, por volta dos anos 1930 e 1940, a cidade de Florianópolis alterou suas configurações,

ainda assim, no interior daquela cidade normatizada pela política do Estado Novo, sob a forma de tentativa de empreender um movimento homogeneizador sobre a sociedade da época, passou a existir uma outra, a ‘cidade esconderijo’. Esta foi palco das histórias dos homens e mulheres que, na sua multiplicidade de experiências e apesar das normas reguladoras, da política e dos valores dominantes, viveram seu cotidiano num movimento constante a instituir por assim dizer uma cidade transgressora. Dessa forma construíram seus territórios, inventaram seus códigos, redefiniram seus espaços, imprimindo a marca de suas tradições culturais (MARIA, 1997, p. 92).

Podemos apreender que mesmo tendo sido destruídos os antigos territórios habitados pelas populações de origem africana, para além da “cidade esconderijo” apresentada por Maria nos permite vislumbrar novos territórios em pontos específicos da cidade, como o *footing* – da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo, os lavadouros públicos (fontes de água onde trabalhavam as lavadeiras), as Irmandades Católicas, os Clubes Recreativos, as Comunidades Negras, as Escolas de Samba, os terreiros de Umbanda e a dança do Cacumbi (MARIA, 1997, p. 20). Territórios estes que “ao se

constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultados das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana” (MARIA, 1997, p. 125), compartilhando festas, celebrações e encontros comunitários demonstrando que a vida em comunidade permanecia latente nas vivências destas populações.

A capital, até o momento, apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é centro da cidade, em virtude mesmo da própria organização do antigo sistema escravista. Deste modo, a intencional retirada destas populações de seus recintos impulsiona as populações “não desejáveis” para outros espaços. Rosângela Miranda Cherem salienta a existência de uma espacialização social, pois no centro da cidade se localizava o comércio e a administração pública, e nas “franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas” (CHEREM, 2001, p. 299). Conforme indicação da autora, além dos indesejáveis que se localizavam rodeando o centro da cidade, as elites ainda se preocupavam com a imagem da capital manchada pela localização inadequada do seu cemitério e todo tipo de argumentos estéticos e higiênicos contrários a tais situações.

Muitos “migrantes” advindos das reformas urbanas compuseram as redes de sociabilidade e solidariedade em torno de clubes recreativos, escolas de samba, cacumbis e grupos voltados para a educação e escolarização dos afrodescendentes. Estes territórios formados por populações de origem africana, oriundas de diferentes municípios da Grande Florianópolis e daqueles/as que saíram das regiões centrais da cidade, serão compreendidos, nos dizeres de Cardoso e Mortari, enquanto “territórios negros”. Para os autores,

com a instalação de serviços de bondes, água e esgoto, aterros e demolições, foram sendo destruídos os antigos territórios negros. Lugares como a Tronqueira (atual Artista Bitencourt, por ironia da história, um dos poucos abolicionistas populares), a Figueira (na Conselheiro Mafra), Toca (rua São Martinho), Beco do Sujo (Hercílio Luz), foram sendo eliminados, a bem da tranqüilidade pública (CARDOSO; MORTARI, 2004, p. 92).

Estes diferentes sujeitos históricos e seus territórios culturais, espaços e memórias em disputa na cidade, implicavam olhares, preocupações e a necessidade de intervenção dos poderes públicos, em diferentes âmbitos. Sendo assim, muitas práticas ocorridas em outras capitais e cidades brasileiras também se fizeram presentes nos gostos políticos de Florianópolis. As políticas de saneamento, de modernização e industrialização em vigor nas primeiras décadas do século XX, não ficaram restritas apenas às grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em Florianópolis, as propostas políticas e reformas sanitárias

revitalizaram as áreas centrais. As transformações nessas cidades também propiciaram a delimitação dos espaços, segregando grupos sociais e suas práticas culturais, através da demarcação de áreas habitacionais das elites, restando à população mais pobre as áreas periféricas.

Na década de 30, mais precisamente a partir da instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, as políticas de saneamento e modernização geográfica cederam o lugar de prioridade, para a construção de um ideal de nação, tendo como discurso principal a formação de um país com características próprias, de cultura singular e população trabalhadora e hospitaleira. A defesa de um ideal nacionalista se propaga, e se torna uma constante em diversos setores sociais. A educação, a saúde, a segurança e os meios de comunicação foram reestruturados para manter e fundamentar a ideologia de Vargas, mas foi nas produções culturais de massa que o governo estado-novista montou estratégias de propagação dos conceitos nacionalistas.

As agremiações

Algumas das questões para refletir sobre as experiências de origem africana em Florianópolis nas primeiras décadas do XX surgiram de percepções acerca de intensivas expulsões ocorridas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a partir de disputas entre a Irmandade e as novas regras vigentes na Igreja Católica. Chamou atenção o fato de que muitas mulheres e homens, antes associados ao Rosário, talvez tivessem migrado para outras formas de associação presentes na cidade de Florianópolis e cuja organização principal estava centrada em populares de origem africana (RASCHE, 2013).

Em meio a esta diversidade de situações, percebemos que, com as influências do catolicismo romanizador, as cobranças da Igreja e a perda de autonomia da Irmandade, muitos e muitas não foram simplesmente expulsos, mas talvez, se “deixaram ser”, visto que a associação, naquele novo modo de gestão, nem sempre atingia os objetivos das pessoas, seus sonhos e anseios. Logicamente, este não foi o caso de todos/as, e nem teríamos elementos para indicar se muitos, mas sabemos que pela conjuntura do momento, algumas pessoas migraram para outras associações, fossem elas clubes recreativos, blocos carnavalescos ou mesmo, outra associação religiosa (RASCHE, 2013).

Os clubes recreativos ou sociedades recreativas eram associações organizadas por “homens de cor”, uma “elite negra” bem trajada e com propostas de educação, moral e

visibilidade das pessoas que delas participassem. Foram comuns em Florianópolis e em tantos outros municípios catarinenses com presença de origem africana. Além destes espaços, havia a circulação de diferentes “homens de letras” de origem africana, como Cruz e Sousa⁶, Ildefonso Juvenal⁷ e Trajano Margarida⁸, por exemplo, ou de mulheres que se consolidaram na carreira política e intelectual da época, como Antonieta de Barros⁹. Juvenal e Margarida, em 1915, organizaram uma associação para compartilhar “seus sonhos e esperanças”, além de “vislumbrar o levantamento social, cultural, intelectual e moral dos homens negros” (DOMINGUES, 2001, p. 118-139). Em comemoração à Abolição, fundaram a Associação dos Homens de Cor e organizaram um evento no Teatro Álvaro de Carvalho, “reunindo negros e brancos, homens e mulheres, autoridades públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis” (DOMINGUES, 2011, p. 120).

Os anos 1920 marcam a emergência surgimento da Associação de Homens de Cor e dos Clubes Recreativos de origem africana e indicam um olhar atento para a educação e os processos de escolarização das populações de origem africana. A percepção de que a educação significava possibilidades de ascensão social e maior prestígio compunham expectativas e investimentos de homens e mulheres afrodescendentes. Ao mesmo tempo, optar pelos anos 1950, marco da fundação das Escolas de Samba - Escolas de Samba Protegidos da Princesa (1948) e Embaixada Copa Lord (1955) -, implica pensar as vivências do samba, sua oralidade, intencionalidade educativa e também as posições políticas destas populações em suas composições.

6 Filho dos libertos Guilherme da Cruz, mestre pedreiro, e Carolina Eva da Conceição, João da Cruz. “Em 1881, dirigiu o jornal *Tribuna Popular* (...). Em 1883, foi recusado como promotor de Laguna por ser negro. Em 1885 lançou o primeiro livro, *Tropos e Fantasias* em parceria com Virgílio Várzea. Cinco anos depois foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil, colaborando também com o jornal *Folha Popular*. Em fevereiro de 1893, publica *Missal* (prosa poética baudelaireana) e em agosto, *Broquéis* (poesia), dando início ao Simbolismo no Brasil que se estende até 1922. Em novembro desse mesmo ano casou-se com Gavita Gonçalves, também negra, com quem teve quatro filhos, todos mortos prematuramente por tuberculose, levando-a à loucura”. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_e_Sousa; Sobre a inserção de Cruz e Sousa no universo da escolarização, consultar: SEBRÃO, 2010.

7 Ildefonso Juvenal (1894-1965) era “oficial da Força Pública, farmacêutico, jornalista, teatrólogo, participando de entidades cívicas e literárias, sendo autor de dezesseis livros”. Consultar: GARCIA, 2011.

8 Trajano Margarida (1889- 1946), “amanuense da Secretaria do Interior do Estado de Santa Catarina, professor, jornalista, educador, autor de diversas obras literárias e membro fundador de entidades cívicas e literárias”. Consultar: GARCIA, 2011, p. 01.

9 Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis em 17 de julho de 1901, exercendo papel político e intelectual importante na cidade e no estado, tendo sido a primeira mulher a participar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Foi deputada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 1ª legislatura (1935 — 1937), como suplente convocada. Era filiada ao Partido Liberal Catarinense (PLC), partido criado por um grupo das elites serranas catarinenses, da qual fazia parte Vidal Ramos e Nereu Ramos. Antonieta também atuou como deputada estadual na 1ª legislatura (1947 — 1951), como suplente convocada, afiliada ao Partido Social Democrático (PSD), partido nascido em 1945 com apoio de Getúlio Vargas.

Estas agremiações pautaram suas preocupações em diferentes âmbitos, dentre os quais a educação e os processos de escolarização compunham repertório importante para a mudança na situação de exclusão das populações de origem africana no pós-Abolição, importando neste sentido, um distanciamento com a antiga condição cativa, vínculo com a escravidão passada. Assim, não apenas “homens brancos” teriam poder de registro escrito em atas e prestações de contas de irmandades, associações e clubes, mas homens e mulheres afrodescendentes, sujeitos atuantes quotidianamente na vida da cidade de Florianópolis, poderiam expressar pontos de vista e argumentações a partir da escrita, de uma linguagem formal. Uma linguagem combatente diante das tensões e rearranjos republicanos, neste período de reformas urbanas, cujos hábitos e marcas nos corpos permeados por códigos culturais africanos expressavam um passado escravista não condizente com os objetivos da República.

Associações, clubes ou grupos possuíam interesses, expectativas e formas diversas de autodenominação, como de inserção de seus/suas afiliados/as. Em 1948, foi fundada oficialmente, por afrodescendentes, a Escola de Samba Protegidos da Princesa, existente ainda hoje em Florianópolis¹⁰. Assim como a Irmandade do Rosário, a Escola de Samba Embaixada Copa Lord, o Clube “Brinca Quem Pode”, o Flor da Mocidade e o 25 de Dezembro, o Figueirense Futebol Clube constituíam territórios marcados pela presença e atuação de populações de origem africana em Florianópolis no pós-abolição. Territórios marcados por códigos culturais de matriz africana e cujos traços envoltos no samba, na religiosidade e nas expectativas de vida possibilitaram a criação e a consolidação de espaços múltiplos de vivências, memórias e histórias.

A ideia de mestiçagem contribuiu para consolidar no país uma nacionalidade pautada no Brasil mestiço, com traços europeus, indígenas e africanos (TRAMONTE, 2001; ABREU, DANTAS, 2007). Um país com manifestações culturais mestiças, componentes de uma chamada cultura popular constituía a solidificação de uma identidade nacional, sendo o samba e as matrizes culturais populares o elemento aglutinador desta identidade, de um país que valorizasse suas raízes, “que fossem ouvidas e valorizadas as lições das canções populares”, como assim intentava a política cultural da Era Vargas (ABREU; DANTAS, 2007, p. 133). Assim, consideramos importante perceber em que medida estes discursos e propostas aliamam

¹⁰ Para maiores informações, acessar: http://www.protegidos.com.br/index.php?action=megamod_01&icon=HISTORIA.png&sec=HIST%D3RIA

intenções governamentais, expectativas e anseios da população e de que forma homens e mulheres de origem africana compuseram seus espaços de sociabilidade, ora agregando possibilidades e aberturas do período ora construindo seus arranjos de modo alheio às intenções governamentais.

Lisandra Macedo, a partir das fontes analisadas por esta autora, enfoca aspectos da música popular em Florianópolis, nas décadas de 30 e 40 do século XX, “período que parece ser de maior importância para o estabelecimento de uma tradição musical popular e de uma identidade através da cultura nacional, tal como se pensa e se afirma entre o senso comum, hoje” (MACEDO, 2011). Pela escassez de informações mais precisas sobre o assunto, necessitamos atentar para a compreensão de que as escolas de samba são uma forma de constituição expositiva do samba, mas este enquanto fenômeno cultural e modo de vida transcende a experiência de escola.

A fundação das Escolas de Samba possibilitou uma nova realidade para as populações de origem africana. Nos anos 1940 e 1950, os espaços de inserção destas populações voltavam-se mais ao mundo do samba e do carnaval. Se, anteriormente, muitos afrodescendentes tinham sua imagem vinculada aos casos de polícia, a emergência das escolas de samba permitiu uma visibilidade positiva, baseada na cultura. No entendimento de Esiaba Irobi, trata-se de pensar as práticas culturais trazidas por estas populações em suas bagagens, as chamadas “escritas performativas” (IROBI, 2012, p. 273-293). Importa compreender como o corpo constitui “local de múltiplos discursos para esculpir história, memória, identidade e cultura” (IROBI, 2012, p. 277).

Ao tratar a experiência da diáspora africana, a inteligência do corpo, a performance, a dança constitui forte expressão de rememoração, sendo que práticas estéticas e corpóreas permitem lembrar ou manter laços culturais e identitários, como códigos culturais de matrizes africanas (IROBI, 2012, p. 277). Neste sentido, a música, a dança, principalmente quando envolviam performances corporais, constituíram formas de manutenção, reatualização e ressignificação cultural de Áfricas nas Américas.

Segundo Cristiana Tramonte, a escola de samba “é uma ação cultural que processa e organiza as relações sociais, econômicas e políticas da parcela que aí convive no que convencionamos denominar o ‘Mundo do Samba’” (TRAMONTE, 2001, p. 8). Para a autora, o samba constituiu e constitui tema de interesse de inúmeros estudiosos na questão da identidade nacional, “na configuração do que se convencionou denominar cultura nacional”

(TRAMONTE, 2001, p. 13). Discutindo o samba desde sua formação, a autora aponta as modificações do movimento ao longo do tempo, enquanto era entrudo, depois sua pomposidade elitista e a mobilização das classes populares em torno do ritmo que as representava, em especial nas regiões periféricas dos centros urbanos.

Ritmo que envolve o corpo, onde o lúdico se manifesta em sons e performances, dentro de uma estrutura musical. A contação do ritmo permite espaço para a atuação do corpo. Nas palavras de Muniz Sodré (1998), existe na música africana a chamada *síncopa*¹¹, dita como a “batida que falta” e que, necessariamente, produz uma incitação ao preenchimento dessa espécie de “espaço” temporal existente entre uma marcação e outra. Segundo o autor, “tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a *síncopa*, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança” (SODRÉ, 1998, p. 11).

O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. “Entre o tempo fraco e tempo forte irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra” (SODRÉ, 1998, p. 67). Mobilizar o corpo, a performance, movimentar saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora. Palmas, umbigada, rodas constituem estruturas rítmicas que permitem uma chamada para o corpo, encaixado “entre o tempo fraco” e o “tempo forte” da música.

No entendimento de José Ramos Tinhorão, as procissões realizadas em Portugal compunham-se de diferentes temas retirados da Bíblia e de lendas cristãs, sendo encenadas na forma de autos. Havia exibição de alegorias, muitos cantos, músicas, coreografias, formando um cortejo organizado em alas. Para Tinhorão, esta forma de disposição espacial e funcional antecipava, “em quase seis séculos, a criação, nas escolas de samba brasileiras, das chamadas alas, destinadas exatamente a abrigar, durante as procissões carnavalescas, os vários blocos de foliões encarregados de ilustrar o enredo ou tema geral do desfile” (TINHORÃO, 2012, p. 17). Neste sentido, os elementos constitutivos das procissões católicas assemelharam-se posteriormente ao carnaval, como forma de limitar estes festejos aos três dias, como vemos atualmente.

¹¹ “*Síncopa*, sabe-se, é a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte”; “A *síncopa* garantia a recriação ou reinvenção dos efeitos específicos dos instrumentos de percussão dos negros”. (SODRÉ, p. 11; 31).

Outros espaços importantes de mobilização de atores sociais de origem africana são os clubes sociais negros ou chamadas sociedades recreativas, que surgem no contexto da vida urbana do início do século XX, momento em que se alteravam as relações que compunham o tecido social de diversas cidades brasileiras em sua transmutação para metrópoles (de tipo europeu), sob a influência de discursos urbano-higienistas (CARDOSO, 2012), em resposta a situações de exclusão profissional e marginalização social e cultural reforçada após a Abolição e mantidas nas décadas seguintes.

Social, recreativo, cultural, literário, esportivo, as denominações que secundavam a razão social dessas instituições variavam de acordo com o propósito da agremiação, não sendo raro, porém, que uma mesma organização reunisse duas, três ou mesmo todas as designações acima referidas, condizentes, em muitos casos, com a gama de atividades que promoviam, variando de piqueniques intermunicipais a chás dançantes, passando pela organização de recitais literários, concursos de beleza e apresentação de grupos teatrais e bandas musicais, além dos bailes.

Em São Paulo, por exemplo, essa “elite negra” apreendia, no dizer de Cardoso (2012), “o modo de ser e de viver dos negros [populares] como entraves ao seu ‘desenvolvimento’ enquanto povo e, principalmente, como justificador da ação repressiva dos poderes públicos”, e se empenhava para eliminar, ou ao menos modificar, práticas sociais indesejáveis, enfatizando a necessidade de adotar padrões de comportamentos públicos mais aceitos pelos grupos dominantes. No entendimento de Maria das Graças Maria, pensando os clubes recreativos organizados em Florianópolis, estes territórios permitiram a construção de laços de solidariedade e sociabilidades pautadas na constituição de uma visibilidade positivada, lutas políticas, conquista de prestígio social (MARIA, 1997, p. 149-151) das populações de origem africana.

Muitas análises foram construídas a partir da ideia de que os jornais, as associações e as irmandades foram os embriões do Movimento Negro consolidado na década de 1970. Mais do que isso, elas foram espaço de gestão autônomas dos afrodescendentes, onde buscaram construir laços de solidariedade e mecanismos de ascensão social (ROSA, 2011, p. 25). Esta questão da autonomia merece maior destaque, pois em se tratando do pós-Abolição, conforme ressaltamos, os anseios desta população liberta era distanciar-se da antiga condição cativa e organizar associações/agremiações, espaços próprios de mobilização/manifestação implicava maior autonomia a estas populações. ⁹Enquanto as irmandades religiosas foram fortes

expressões desde o período colonial, na República as sociedades beneficentes surgiram com força em quase todo território brasileiro, a maioria delas ficou conhecida como sociedades recreativas por conta do destaque das atividades lúdicas.

Neste sentido, baseados em laços de solidariedade, onde o lúdico expressava significado profundo de mobilização, de uma forma de pedagogia para lidar com o universo, estes clubes pareciam associar os grupos populares às elites, mas indicavam que tais grupos incorporavam, à sua maneira, elementos culturais dessas elites, de modo a reatualizar suas práticas culturais, sem no entanto, tornarem-se representantes das culturas dessas elites. Trata-se de compreender que a incorporação envolve apreender elementos culturais e utilizá-los/reatualizá-los de modo próprio.

Um modo de combater o racismo era através da educação, os estudos eram importantes por isso. Porém, a preocupação com a educação não aparece só nas sociedades beneficentes do início do século XX, Perses Cunha, em sua dissertação, aponta para a existência de um curso de alfabetização na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis, em 1859 (CUNHA, 2004, p. 9). Na cidade de Campinas outra irmandade teve uma experiência educativa importante, em 1892 a Irmandade de São Benedito dos Homens Preto fundou uma escola em anexo à capela do santo protetor. A escola foi obrigada a sair das dependências da Igreja quando se iniciou no Brasil o processo de romanização do catolicismo, mas seus responsáveis conseguiram manter suas atividades educativas até meados dos anos 1940 (VILLA, 2001). Na cidade de São Paulo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto foi criada em 2 de janeiro de 1711 e manteve, pelo menos na primeira metade do século XX, uma escola regular para os seus irmãos.

Procuramos, particularmente, rastrear práticas de sociabilidade, através de inúmeras experiências sociais, vividas por agrupamentos de afrodescendentes no espaço de constituição de modos alternativos de expressão e manifestação (CARDOSO, 2012). Neste sentido, este trabalho trouxe à tona alguns apontamentos sobre agremiações de origem africana em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX e sua retomada no espaço público, articulando novas estratégias a partir de reconfigurações políticas do estado e da capital, Florianópolis, em especial.

Referências

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música Popular, Folclore e Nação no Brasil, 1890-1920. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 123-152.

ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

BILÉSSIMO, Ângelo Renato. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apathia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)**. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CUNHA, Perses Maria Canellas da. **Educação como Forma de Resistência**. O Caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens Pretos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 2ª ed.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

FARIAS, Joice. **O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1999)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade do Estado de Santa Catarina, 1998.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

GARCIA, Fábio. Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). **Anais Eletrônicos ANPUH**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Revista Afro-Ásia**. n. 29/30, 2003, p. 247-269.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, jun 2012, p. 273-293.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

MACEDO, Lisandra. **Batucada Catarina**: alguns apontamentos sobre a Música Popular em Santa Catarina nas Décadas de 30 e 40. S/D.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**. Vol 5, n. 8, jan-jun 2004, p. 170- 198.

RASCHE, Karla Leandro. “**Divertem-se então à sua maneira**”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

ROSA, Júlio César Da Rosa. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). 2011.110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco**: do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa nas escolas de samba. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VILLA, Marcelo. **Igreja de São Benedito é Marco da Cultura Negra**: pastoral do negro promove missa hoje como parte do Dia da Consciência Negra. Correio Popular, Campinas, 18 nov., 2001.